



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

194

HABEAS CORPUS Nº 0005967-32.2010.8.17.0000 (0212414-9)

IMPETRANTE: IVÂELIO MENDES DE ALENCAR

PACIENTE: HEONALDO DE SENA E SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE EXÚ - PE

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): MARIA TEREZA DE OLIVEIRA E SILVA

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. Ocorrência. ILEGALIDADE DA PRISÃO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA. UNANIMIDADE.

1. Entre a data da prolação da sentença condenatória (13/02/1997) e a data em que se deu a prisão do paciente (23/03/2010), passou-se mais de treze anos. Em sendo o caso de o paciente ter sido condenado a pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, nos termos do inc. III do art. 109 do Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva ocorre 12 (doze) anos após da prolação do veredicto de Primeiro Grau, ou seja, a punibilidade do apelante foi extinta em 13 de fevereiro de 2009.
2. Ordem de habeas corpus concedida.
3. Unanimidade.

**ACÓRDÃO**

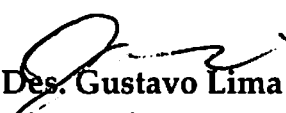
Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 0212414-9 onde figura como paciente **HEONALDO DE SENA E SILVA**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara

Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, conceder a ordem de habeas corpus a fim de <sup>que seja</sup> declarada extinta a punibilidade em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, inc. III do Código Penal, expedido-se o necessário alvará de soltura em favor do paciente, para o mesmo seja posto em liberdade se por outro motivo não deva permanecer preso.

195

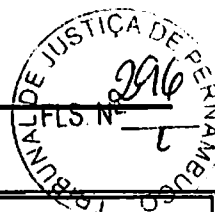
Recife, 01 de Junho de 2010.

  
Desembargador Presidente

  
Des. Gustavo Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

196

HABEAS CORPUS Nº 0005967-32.2010.8.17.0000 (0212414-9)

IMPETRANTE: IVÃELIO MENDES DE ALENCAR

PACIENTE: HEONALDO DE SENA E SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE EXÚ - PE

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): MARIA TEREZA DE OLIVEIRA E SILVA

**RELATÓRIO**

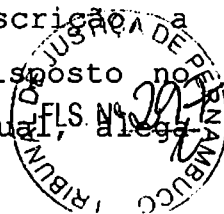
Ivãelio Mendes de Alencar impetrou o presente *habeas corpus* em favor do paciente **HEONALDO DE SENA E SILVA**.

O paciente foi condenado a pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) de reclusão em regime inicialmente fechado em razão da prática da figura típica do art. 213<sup>1</sup>, c/c art. 14, inc. II e art. 29 (fls. 101 e 102). A defesa apelou da sentença de primeiro grau e, em 05 de junho de 2007, a Eg. Terceira Câmara Criminal desta Corte de Justiça negou provimento ao recurso defensivo, confirmando a decisão vergastada (fl. 227). O impetrante informa ainda que a autoridade indigitada coatora, em 23 de março do ano em curso, determinou o encarceramento do paciente.

Segundo o impetrante, em razão do transcurso de mais de 13 anos da publicação da sentença condenatória e da

<sup>1</sup> Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:  
Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos<sup>85</sup>.

inocorrência de qualquer causa interruptiva da prescrição a punibilidade do paciente já foi extinta ante o disposto no art. 109 e seguintes do Código Penal<sup>2</sup>, razão pela qual, alega que a prisão do paciente é um ato ilegal.



Por fim, alega que a sentença proferida em desfavor do paciente é nula em função da ausência de fundamentação no momento da dosimetria da reprimenda. 197

Requeru a concessão de medida liminar que restabelecesse a liberdade do paciente, tendo sido tal pleito indeferido (fl.280/281).

Dispensadas as informações da autoridade indigitada coatora, o feito foi remetido à douta Procuradoria de Justiça que, em seu parecer, por reconhecer a ocorrência da prescrição, opinou pela concessão da ordem.

  
Dep. Gustavo Lima  
Relator

<sup>2</sup> Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

I - em 20 (vinte) anos, se o máximo da pena é superior a 12 (doze);

II - em 16 (dezesseis) anos, se o máximo da pena é superior a 8 (oito) anos e não excede a 12 (doze);

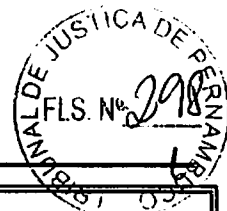
III - em 12 (doze) anos, se o máximo da pena é superior a 4 (quatro) anos e não excede a 8 (oito); (...)

Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

HABEAS CORPUS Nº 0005967-32.2010.8.17.0000 (0212414-9)

198

IMPETRANTE: IVÃELIO MENDES DE ALENCAR

PACIENTE: HEONALDO DE SENA E SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE EXÚ - PE

PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): MARIA TEREZA DE OLIVEIRA E SILVA

**VOTO**

Conforme relatado, Ivãelio Mendes de Alencar impetrou o presente *habeas corpus* em favor do paciente **HEONALDO DE SENA E SILVA**, onde se alega que, em razão do transcurso de mais de 13 anos da publicação da sentença condenatória e da inocorrência de qualquer causa interruptiva da prescrição, a punibilidade do paciente já foi extinta ante o disposto no art. 109 e seguintes do Código Penal<sup>1</sup>.

Em **13/02/1997** o Juízo da Comarca de Exu proferiu sentença condenatória em desfavor do paciente, condenado-o a pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão em regime

<sup>1</sup> Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

I - em 20 (vinte) anos, se o máximo da pena é superior a 12 (doze);

II - em 16 (dezesseis) anos, se o máximo da pena é superior a 8 (oito) anos e não excede a 12 (doze);

III - em 12 (doze) anos, se o máximo da pena é superior a 4 (quatro) anos e não excede a 8 (oito); (...)

Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.

inicialmente fechado em razão da prática da figura típica do art. 213<sup>2</sup>, c/c art. 14, inc. II e art. 29 do Código Penal.

Somente a defesa se insurgiu contra a referida decisão, tendo sido os autos remetidos a esta Egrégia Corte de Justiça, onde, em sessão realizada em 06 de junho de 2007, a Terceira Câmara Criminal negou provimento ao apelo interposto, mantendo integralmente a sentença de primeiro grau (fl. 227), tendo sido tal decisão publicada em 14 de junho de 2007, conforme certidão de fl. 247.

199

Em 23 de março de 2010, após a baixa dos autos à Comarca de Exu, o paciente, ao comparecer a Secretaria do Juízo, foi preso em razão da aludida condenação, conforme termo de audiência de fl. 267.

Como se percebe, entre a data da prolação da sentença condenatória (13/02/1997) e a data em que se deu a prisão do paciente (23/03/2010), <sup>grau - se</sup> passou-se mais de treze anos. Ocorre que, em sendo o caso de o paciente ter sido condenado a pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, nos termos do art. 109 do Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva ocorre 12 (doze) anos após da prolação do veredicto de Primeiro Grau, ou seja, a punibilidade do apelante foi extinta em 13 de fevereiro de 2009. Este também foi o entendimento da douta Procuradoria de Justiça que, no parecer de fls. 285/289, afirma que:

*"Assiste razão ao impetrante ao requerer o reconhecimento da extinção da punibilidade, pois, diante das informações que dispomos, se constata que o paciente foi condenado a pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, prescrevendo em 12 anos, nos termos do art. 109, inc. III do Código Penal".*

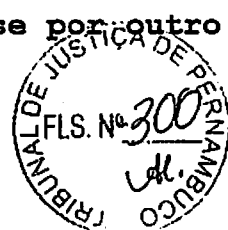
Ante o exposto, em sintonia com o parecer ministerial, **voto pela concessão da ordem de habeas corpus a fim de que seja declarada extinta a punibilidade em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, inc. III do Código Penal, para que seja expedido o necessário alvará de soltura em favor do paciente HEONALDO DE**

<sup>2</sup> Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:  
Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos<sup>85</sup>.

SENA E SILVA, para o mesmo seja posto em liberdade se por outro motivo não deva permanecer preso.

É como voto.

  
Des. Gustavo Lima  
Relator



200